

Educação em Matérias Filantrópicas em Macau: Generalidades e Características

*Lou Shenghua**

Macau tem longínquas e ricas práticas filantrópicas; no entanto, a educação da especialidade em matérias filantrópicas começou tardiamente e apresenta características integradas. Apesar de cerca de setenta por cento dos trabalhadores de gestão das organizações de interesse público e de assistência social possuírem o ensino superior, são raros os que têm educação da especialidade em matérias filantrópicas, uma vez que a sua maioria tem especialização em outras áreas. Ademais, não foi criado um sistema de educação da especialidade em matérias filantrópicas, uma vez que existe nesta área apenas o nível de mestrado, com ausência dos níveis de licenciatura e de doutoramento. As matérias desta área estão integradas nos cursos da especialidade em serviço social, em gestão pública e em gestão de empresas. Nesta conformidade, os trabalhadores de gestão das organizações filantrópicas e de interesse público são indivíduos pragmáticos e quadros formados no exercício de funções cujos conhecimentos e competências de gestão em assuntos filantrópicos são adquiridos na prática da gestão ou junto do pessoal sénior ou como autodidatas e não através da frequência de cursos de especialização. Além disso, os respectivos serviços públicos e organizações filantrópicas proporcionam oportunamente, através de *workshops* e por outras formas, conhecimentos financeiros e de gestão quotidiana das organizações filantrópicas, com vista a reforçar as competências de gestão do seu pessoal.

* Professor coordenador da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Politécnica de Macau.

I. Evolução da educação em matérias filantrópicas em Macau

Em 2012, foi criado pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau o curso de mestrado em gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos, o primeiro curso da especialidade em gestão de assuntos filantrópicos ministrado por instituições de ensino superior da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Nesta conformidade, a educação em matérias filantrópicas em Macau pode distinguir-se, *grosso modo*, em duas fases delimitadas por 2012.

1. Primeira fase: educação em matérias filantrópicas integrada em outros cursos

A especialidade mais relacionada com a educação em matérias filantrópicas é a especialidade em serviço social. No ensino superior de Macau, a criação da especialidade em serviço social surgiu relativamente mais cedo. Em 1977, foi criado conjuntamente pelo Padre Luís Ruiz Suarez, Irmã Maria Goisis e Padre Lancelote Miguel Rodrigues (todos da Cáritas de Macau) o Instituto de Serviço Social de Macau, que disponibilizou o curso de diploma em serviço social em regime de dois anos, o qual é considerado o início da educação da especialidade em serviço social em Macau. Posteriormente, o Instituto Politécnico de Macau (ora com a designação alterada para Universidade Politécnica de Macau), autonomizado da Universidade da Ásia Oriental, começou a ministrar, a partir de 1991, o curso de bacharelato em serviço social em regime de três anos. Em 1992, o regime do curso de serviço social ministrado pelo Instituto de Serviço Social de Macau passou de dois para três anos. Em 2000, o curso de serviço social em regime de três anos organizado pelo Instituto Politécnico de Macau foi prolongado por mais um ano, passando a ser um curso de licenciatura em regime de quatro anos. Em 2006, foi criado pelo Instituto Inter-Universitário de Macau (ora com a designação alterada para Universidade de São José) o curso de licenciatura em serviço social em regime de quatro anos. Até este momento, a especialidade em serviço social do sistema educativo com características de Macau, de nível de licenciatura em regime de quatro anos passou gradualmente a ser mais completo.

O curso de mestrado em serviço social, co-organizado em 2007 pelo Instituto Politécnico de Macau e pela Universidade Politécnica de Hong Kong, com vista a satisfazer as necessidades de valorização dos quadros locais do serviço social, não é considerado um curso profissional localizado de Macau, em virtude de ser um curso organizado juntamente com uma instituição de ensino superior do exterior.

Além do curso de serviço social, os cursos de gestão pública são daqueles que também têm maior relacionamento com a educação em matérias filantrópicas. Os cursos de gestão pública de Macau evoluíram conjuntamente com o ensino superior moderno do território. Ainda no tempo da Universidade da Ásia Oriental (antecessora da Universidade de Macau), foi criado o curso da especialidade em administração pública em língua veicular inglesa. Em 1991, o Governo de Macau adquiriu, através da Fundação Macau, a Universidade da Ásia Oriental que passou a ser uma universidade pública com a designação alterada para Universidade de Macau, com o objectivo de preparar mais quadros qualificados para Macau após a transferência do exercício da soberania. Por este motivo, continuou a ministrar-se o curso de administração pública. O Instituto Politécnico de Macau, instituição de ensino superior pública criada à custa da retirada da Faculdade Politécnica da Universidade da Ásia Oriental, começou a organizar em 1991 o curso de administração pública em línguas veiculares chinesa e portuguesa. Apesar de os cursos de administração pública ministrados por ambas as instituições de ensino superior públicas terem como objectivo principal a preparação de quadros em gestão pública, foram neles incluídas disciplinas relacionadas com a gestão dos assuntos filantrópicos nas matérias da especialidade. A título exemplificativo, o curso de administração pública ministrado pelo Instituto Politécnico contém uma disciplina denominada «gestão de organizações com fins não lucrativos».

Além disso, os cursos do tipo da gestão de empresas envolvem ocasionalmente cadeiras relacionadas com a gestão dos assuntos filantrópicos, tais como: empresas sociais e inovação social, responsabilidades sociais empresariais, entre outras.

2. Segunda fase: arranque e desenvolvimento da educação da especialidade em matérias filantrópicas

O aumento contínuo do número de organizações não lucrativas em Macau intensifica de modo gradual as necessidades da elevação do nível da gestão das mesmas. Em face disto, foi criado em 2012 pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau o curso de mestrado em “gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos”, que é o único curso da especialidade no domínio da educação em matérias filantrópicas ministrado em Macau até ao presente. Apesar de não haver cursos de licenciatura da mesma área ministrados por instituições de ensino superior de Macau, o curso de mestrado em gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos criado pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau supre de certo modo a falta da educação da especialidade em matérias filantrópicas em Macau, simbolizando o seu arranque em Macau. De facto, o curso organizado pode ser considerado como um treino de valorização na educação da especialidade em matérias filantrópicas para os indivíduos provenientes de diferentes áreas profissionais e com certas práticas na área, uma vez que os alunos são oriundos de várias áreas profissionais. A par disso, os cursos de doutoramento ministrados por algumas instituições de ensino superior dispõem de âmbitos de estudos relacionados com a gestão de assuntos filantrópicos. A título exemplificativo, o curso de doutoramento em políticas públicas criado pela Universidade Politécnica de Macau disponibiliza um âmbito de estudos em «políticas de benefícios sociais e de gestão das organizações filantrópicas» à escolha dos frequentadores do curso.

Além dos factos supra referidos, as organizações filantrópicas, enquanto associações civis sem fins lucrativos, prestam serviços filantrópicos recorrendo geralmente ao apoio financeiro concedido pelo Governo da RAEM. Com vista a elevar a eficiência da aplicação dos recursos públicos e a evitar o abuso do financiamento público por parte das associações, os serviços públicos que concedem financiamento organizam oportunamente *workshops* de gestão para formação do pessoal de gestão das organizações filantrópicas beneficiárias, no sentido de sensibilizá-las para o devido aproveitamento dos recursos públicos e

para lhes darem a conhecer as respectivas normas legais. De entre estes, têm maiores impactos sociais o *workshop* sobre “Preenchimento do requerimento para apoio financeiro e relatório sobre as actividades subsidiadas”, organizado pela Fundação Macau, e o *workshop* formativo “Boa governação financeira das instituições sem fins lucrativos”, organizado pelo Instituto de Acção Social.

Por outro lado, algumas associações representativas de Macau (tais como a Associação Geral das Mulheres de Macau e a Aliança do Povo Unido de Macau) também realizam oportunamente *workshops* internos em que são convidados profissionais para realizar acções formativas destinadas aos trabalhadores da gestão da própria organização em temáticas sobre “legislação reguladora das associações de Macau”, “realidades do desenvolvimento das organizações não lucrativas em Macau” e “práticas contabilísticas nas organizações sem fins lucrativos”, entre outras.

II. Generalidades da educação em matérias filantrópicas: apresentação de casos

Presentemente, a educação em matérias filantrópicas em Macau compreende a educação curricular regular e a educação formativa não curricular. Façamos, então, uma apresentação sob a forma de estudo do caso.

1. Educação curricular regular

Como antes referido, de entre as 10 instituições universitárias existentes em Macau, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau é a única que organiza o curso da especialidade com a designação de gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos, enquanto as outras universidades disponibilizam cursos relacionados com a especialidade. A título exemplificativo, as instituições que organizam cursos da especialidade em serviço social incluem a Universidade Politécnica de Macau, a Universidade Cidade de Macau e a Universidade de São José; as que organizam cursos da especialidade em gestão pública abrangem a

Universidade de Macau, a Universidade Politécnica de Macau e a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau; as que organizam cursos de gestão de empresas abarcam a Universidade de Macau, a Universidade Politécnica de Macau, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, a Universidade Cidade de Macau, o Instituto de Gestão de Macau e o Instituto Milénio de Macau.

Tomando como exemplo o “curso de mestrado em gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos”¹ criado em 2012 pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, o seu plano de estudos integra cadeiras obrigatórias, cadeiras optativas e dissertação. De entre elas, são disciplinas obrigatórias «teorias e práticas da sociedade civil», «teorias e práticas de gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos», «angariação de fundos para interesse público e filantropia», «gestão financeira de assuntos de interesse público e filantrópicos», «gestão de recursos humanos em organizações de interesse público e filantrópicas», «relações públicas e divulgação de assuntos filantrópicos», «pesquisa social em organizações de interesse público e filantrópicas», entre outras. As disciplinas optativas incluem «estudo de casos sobre gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos», «comparação interjurisdicional da legislação sobre interesse público e filantropia», «planeamento e gestão de projectos de interesse público e filantrópicos», «gestão de voluntariados em assuntos de interesse público e filantrópicos» e «tópicos especiais em gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos», entre outras. A designação do curso de mestrado em apreço foi alterada em 2020 para curso de mestrado em “gestão de assuntos de interesse público e organizações sociais”, com o plano de estudos também ligeiramente actualizado, passando a incluir no âmbito das disciplinas obrigatórias «angariação de fundos para interesse público», «introdução à gestão de organizações sociais, empresas sociais e inovação social», «gestão financeira de organizações sociais», «gestão de recursos humanos de organizações sociais» e «relações públicas e comunicação de interesse público». As disciplinas opcionais incluem «estudo de casos de gestão de organizações sociais», «responsabilidade

¹ Respeitante ao curso de mestrado em gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, pode consultar-se: <https://www.must.edu.mo/msb/programme/masters-degree-programme/csom>.

social das empresas», «desenvolvimento, gestão e avaliação de projectos de interesse público», «criação de marca e marketing de interesse público», «governo, empresas e sociedade civil», «fundamentos jurídicos das organizações sociais» e «tópicos especiais recentes em gestão de assuntos de interesse público e organizações sociais», entre outras.

No que diz respeito ao conteúdo pedagógico, são cobertas teorias, práticas e estudos sobre matérias de interesse público e organizações sociais, em que são predominantes as cadeiras da área da gestão que abarcam a gestão organizacional e a gestão de projectos. Fazem parte da área da gestão organizacional matérias relativas à angariação de fundos, assuntos financeiros, recursos humanos, marca e divulgação e direito; na área da gestão de projectos integram-se essencialmente matérias de desenvolvimento, gestão e avaliação de projectos de interesse público. Em relação à especialidade em gestão, o conteúdo do curso é concebido para elevar as competências nucleares de gestão da organização e os projectos de interesse público dos frequentadores, de modo a melhor materializar os objectivos de formação do curso.

Quanto ao modo de instrução, é predominante a leccionação em sala de aula, o que se reflecte na transmissão de conhecimentos sobre a gestão dos assuntos filantrópicos e de interesse público. É menos prezada a aplicação de conhecimentos (isto é, a reflexão e a apreciação sobre práticas). Assim, o modo de instrução mostra-se pouco variado. Porém, a dissertação permite a análise teórica de casos práticos de interesse público à escolha dos frequentadores, o que pode suprir de certo modo a simplicidade do modo de instrução.

2. Educação formativa não curricular

Em Macau, a educação formativa não curricular em assuntos filantrópicos reveste uma pluralidade de formas com conteúdos diferentes. Optamos por apresentar *workshops* relacionados com esta matéria organizados pela Fundação Macau, pelo Instituto de Acção Social (IAS) e pela Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ).

1) *Workshops* organizados pela Fundação Macau

A Fundação Macau² é uma pessoa colectiva de direito público com natureza de fundação criada pelo Governo, que tem por fins a promoção, o desenvolvimento e o estudo de acções de carácter cultural, social, económico, educativo, científico, académico e filantrópico, bem como de actividades que visem a promoção da Região Administrativa Especial de Macau. A Fundação Macau concede apoio financeiro nos termos da lei às instituições ou entidades não lucrativas que desenvolvem actividades em Macau. São fontes dos fundos da Fundação Macau a contribuição de 2% das receitas brutas dos jogos de fortuna ou azar em casino das concessionárias e subconcessionárias da RAEM, as dotações do Governo, as doações de dentro e de fora da RAEM, bem como outras receitas legalmente designadas. No período compreendido entre 2001 e 2019, as contribuições das receitas brutas dos jogos de fortuna ou azar em casino destinadas à Fundação foram de 52,862 mil milhões de patacas. Ao longo dos últimos 20 anos, a Fundação concedeu 5,52 mil milhões de patacas para apoiar 42 instituições de ensino não superior e de ensino superior locais; 5,128 mil milhões de patacas para apoiar associações de serviço social; 3,12 mil milhões de patacas para apoiar o desenvolvimento tecnológico e da medicina de Macau. Como os fundos concedidos pela Fundação Macau são recursos públicos, o Governo e a comunidade solicitam que a Fundação reforce a gestão dos mesmos. Em face disto, a Fundação organiza *workshops* não periódicos sobre o “requerimento para apoio financeiro e relatório” destinados ao pessoal de gestão das associações beneficiárias, para apresentar os procedimentos relacionados com os pedidos, sua apreciação, aprovação e submissão de relatórios à Fundação, com o objectivo de regulamentar os requerimentos, melhor aproveitar os recursos e elevar o custo-eficácia e a rentabilidade social dos projectos subsidiados.

Em 2012, foram lançados os “Guias gerais para o pedido de apoio financeiro, acompanhamento, apreciação e autorização” pela mesma Fundação. No intuito de permitir que as associações interessadas e beneficiárias conheçam e dominem

² Relativamente a informações sobre as acções da Fundação Macau, pode consultar-se o sítio da mesma: <https://www.fmac.org.mo/article/news>

atempadamente os novos procedimentos de apresentação dos pedidos e relatório, foram realizadas em Fevereiro e Março de 2013, 10 sessões de *workshop* sobre “apresentação do requerimento para apoio financeiro e relatório sobre as actividades subsidiadas”, em que foram esclarecidas aos representantes das mesmas as questões acerca do prazo para apresentação dos requerimentos e dos relatórios, bem como as formalidades sobre os pedidos de autorização para as alterações introduzidas à proposta original. Em virtude da participação muito entusiástica em todas as sessões, foram realizadas mais 5 sessões, contando assim com a presença de 500 participantes oriundos de cerca de 300 associações.

No período compreendido entre Dezembro de 2013 e Janeiro de 2014, foram novamente realizadas às quintas-feiras à tarde pela Fundação Macau sessões de *workshop* em apreço sob a forma de intercâmbio em grupos, nas quais foram prestados serviços presenciais de consulta. As matérias essenciais de intercâmbio nas sessões foram, além do pedido de subsídios e das alterações introduzidas à proposta original, a avaliação dos projectos a subsidiar, com vista a possibilitar a concentração das forças das associações na realização dos projectos e das actividades com maior rentabilidade e valor social.

Em 2022, em cumprimento da missão da reforma e do aperfeiçoamento da gestão dos fundos autónomos no seio do Governo da RAEM, a Fundação Macau lançou programas de apoio financeiro específicos, incluindo os de “despesas de funcionamento das associações”, “actividades comunitárias” e “intercâmbios internacionais”, adoptando o modo de recepção programada dos pedidos de apoio financeiro e de apreciação de forma integrada, em vez do modo de apreciação individual do pedido de financiamento apresentado a todo o tempo. Para o efeito, a Fundação Macau realizou em 19 de Novembro de 2022 duas sessões de esclarecimento na sala de reuniões do Centro de Ciência de Macau, para apresentar os novos sistemas de apreciação por especialistas e a atribuição de apoio financeiro precedida de selecção, isto é, foram especificados nos programas de apoio financeiro específicos as áreas, os âmbitos e os limites máximos do apoio

financeiro, bem como os elementos e os critérios de apreciação. Além disso, foram realizadas pela Fundação sessões de *workshop* sobre “programas específicos de apoio financeiro” nos dias 24 e 25 do mesmo mês, na parte da tarde.

Por outro lado, em virtude da falta de normas de contabilidade especificamente aplicáveis às associações em Macau, não há um regime de contabilidade uniforme e completo para estas. Ao que acresce a inexistência de pessoal contabilístico profissional em muitas das associações, pelo que as contabilidades elaboradas não se apresentam uniformes. Assim, a Fundação Macau organizou cursos formativos e conferências para dar apoio às associações no solucionamento das respectivas questões, tendo elaborado uma demonstração de receitas e despesas regularizada para uso das mesmas.

Por meio da realização de sessões de *workshop* sobre a gestão das associações, a Fundação reafirmou os princípios de justiça e selecção, materializando e elevando de modo eficaz a rentabilidade social dos projectos a organizar pelas associações, impulsionando o desenvolvimento dos projectos financiados de acordo com os princípios do melhor aproveitamento dos recursos, da simplicidade e da economia. A observação dos requisitos e das formalidades para a concessão de apoio financeiro por parte das associações é, de igual modo, favorável ao aperfeiçoamento dos trabalhos de apreciação e de autorização da concessão de apoio financeiro, inspecção e acompanhamento dos projectos.

2) *Workshops* realizados pelo IAS e pela DSEDJ

A maioria dos serviços sociais de Macau é assumida por organizações sociais civis de que fazem parte as associações filantrópicas e de interesse público, enquanto que os recursos financeiros são atribuídos pelo Governo da RAEM (nomeadamente através do IAS). Como não existem normas de contabilidade especificamente aplicáveis às instituições não lucrativas, o IAS enquanto órgão que atribui recursos financeiros às associações tem organizado oportunamente *workshops* formativos, como a “Boa governação financeira das instituições sem fins lucrativos” destinados às instituições beneficiárias, com vista a elevar a

rentabilidade dos mesmos recursos. A título exemplificativo, foi realizado em 13 de Junho de 2023 pelo IAS o *workshop* sobre a governação financeira destinado ao pessoal da área financeira das instituições de serviços sociais beneficiárias de Macau. Para o *workshop* foram convidados contabilistas habilitados a exercer a profissão para proporcionar conhecimentos financeiros sobre cobertura dos elementos, implementação e manutenção do enquadramento do controlo interno nas instituições não lucrativas e para abordar, em articulação com as realidades de gestão nas instituições de serviços sociais de Macau, as necessidades de gestão financeira e o controlo interno, em especial o controlo interno do numerário, dos activos imobilizados e dos stocks, bem como o controlo institucional de apreciação e autorização de despesas, os procedimentos de aquisição, a opção pela adjudicação de serviços e o mecanismo de escusa.³ Os *workshops* visam disponibilizar, de modo contínuo, aos trabalhadores das associações de serviços sociais acções de formação sobre a gestão de toda a natureza, de modo a melhor apoiar e contribuir para o aperfeiçoamento do controlo interno nas instituições de serviços sociais, a elevar as consciências para a gestão dos riscos e a assegurar a aplicação racional e a rentabilidade do erário público, bem como a promover a boa governação financeira das instituições de serviços sociais.

Em Março de 2022, o IAS organizou, em colaboração com a União das Associações de Profissionais de Contabilidade de Macau, a “Sessão de reunião anual de intercâmbio sobre a auditoria e as finanças das instalações dos serviços sociais subsidiadas”, realizada de forma online e offline, com o objectivo de resumir e trocar impressões sobre os trabalhos de auditoria das mesmas instalações. Nesta sessão de reunião, que contou com mais de 120 participantes, incluindo trabalhadores das instituições subsidiadas, foram resumidas as experiências obtidas no exercício das acções de auditoria naquelas instalações,

³ “O IAS organizou o *workshop* formativo ‘Boa governação financeira das instituições sem fins lucrativos’”, IAS, de 16 de Junho de 2023. Consultar o portal do Governo da RAEM: <https://www.gov.mo/zh-hans/news/698991>

apresentadas várias funções optimizadas do sistema de gestão financeira das instalações dos serviços sociais, bem como dadas respostas a questões práticas relativas à contabilidade.⁴

Em Macau, por razões históricas, uma proporção considerável do ensino básico é disponibilizada por instituições não lucrativas e não directamente pelo Governo. Com a reunificação com a Pátria, foi instituído o modelo de “escolas particulares subsidiadas pelo erário público” na área do ensino básico em Macau, ou seja, os serviços de ensino básico são disponibilizados por escolas primárias e secundárias organizadas por associações não lucrativas ou por instituições religiosas, sendo os recursos financeiros necessários provenientes do Governo da RAEM, atribuídos mormente através da DSEDJ. Nesta conformidade, cabe à DSEDJ a responsabilidade pela supervisão das respectivas entidades titulares (associações ou instituições religiosas) nas matérias relacionadas com os recursos concedidos pelo Governo da RAEM. A par disso, a DSEDJ também atribui apoio financeiro às associações juvenis. Com vista à aplicação apropriada, rentável e correcta dos recursos públicos e a sensibilizar os organismos subsidiados a observar as normas sobre a gestão financeira das instituições não lucrativas, bem como a estimulá-los a aplicar o erário público de modo prudente e devido, a DSEDJ tem organizado oportunamente *workshops* ou conferências sobre a gestão financeira das instituições não lucrativas. Cita-se como exemplo, foi realizado em 14 de Setembro de 2016 pela DSEDJ o *workshop* sobre a gestão financeira das instituições não lucrativas, convidando a senhora Ho Mei Va, presidente da Associação dos Contabilistas de Macau, para apresentar a mais de cem representantes das 60 associações não lucrativas as características, a estrutura orgânica, o regime de gestão financeira, o orçamento e as demonstrações financeiras das instituições não lucrativas, bem como as responsabilidades e as obrigações das associações subsidiadas. Entretanto, em articulação com os trabalhos práticos do quotidiano das associações, foi explanado, através de casos concretos e interacções e intercâmbio com os participantes, o modo como pode

⁴ “O IAS pretende contas aperfeiçoadas das instalações sociais financiadas”, in *Jornal “Ou Mun”*, de 28 de Março de 2022, pp. A09.

alcançar-se o objectivo de aplicação prudente e devida dos recursos públicos por meio de uma gestão financeira regular. Os trabalhadores da DSEDJ prestaram também informações sobre os pedidos no âmbito do plano de apoio financeiro para o ano seguinte. A DSEDJ organiza oportunamente *workshops* e conferências de natureza análoga destinadas às associações subsidiadas.⁵

Em virtude de apenas o IAS e a DSEDJ colocarem formulários de demonstração financeira à disposição facultativa das associações e da inexistência de um regime contabilístico uniforme para as instituições não lucrativas, a Associação dos Contabilistas de Macau organizou duas conferências sobre o “regime contabilístico e a gestão financeira das instituições não lucrativas” realizadas em 2011 e 2013, respectivamente. Para as mesmas foram convidados mais de 300 representantes das instituições não lucrativas de Macau com vista a abordar o modo como se poderá instituir um regime contabilístico das instituições não lucrativas e seus respectivos padrões. A partir das matérias abordadas nas conferências foi editado um livro cujos exemplares foram distribuídos às associações pela Fundação Macau e por outros serviços, de modo a difundir junto das mesmas associações conhecimentos sobre as normas a observar na aplicação racional do erário público.⁶

As associações organizam também *workshops* de gestão internos, de modo a disponibilizar aos membros, às unidades subordinadas ou aos destinatários da prestação de serviços formação sobre o regime e as competências de gestão. Cita-se como exemplo, no intuito de elevar as capacidades de administração dos prédios das associações dos proprietários, a Aliança do Povo Unido de Macau organizou, em Janeiro de 2020, o *workshop* “Tratamento de assuntos do quotidiano dos moradores dos prédios”, para o qual foram convidados profissionais seniores da administração de prédios para proporcionar

⁵ “A DSEDJ organizou uma conferência sobre conhecimentos de gestão financeira das associações juvenis”, in *Jornal “Hou Kong”*, de 27 de Setembro de 2016, pp. B01. «A DSEDJ organizou uma conferência sobre conhecimentos de gestão financeira para as associações juvenis», in *Jornal “Hou Kong”*, de 18 de Outubro de 2018, pp. B02.

⁶ “O sector da contabilidade sugere adoptar o modelo de demonstração das instituições não-lucrativas”, in *Jornal “Ou Mun”*, de 29 de Novembro de 2011, pp. A10.

conhecimentos sobre a gestão das contas dos prédios junto dos responsáveis das associações dos proprietários, baseados na teoria básica da contabilidade e em noções de finanças relacionadas, técnicas operativas contabilísticas nas instituições não lucrativas e práticas de contabilidade. A Aliança afirmou que iria organizar de modo contínuo e não periódico *workshops* de toda a natureza, por forma a ajudar as associações dos proprietários a efectuar melhor administração dos prédios.⁷

III. Características da educação em matérias filantrópicas em Macau

No processo de desenvolvimento da educação em matérias filantrópicas em Macau, verifica-se uma evolução desde a educação em práticas sociais à coexistência em educação profissional, em educação na especialidade e em educação prática. A educação em matérias filantrópicas apresenta características distintas das de outros territórios em termos de entidade organizadora, de conteúdo curricular e de modo de instrução.

1. Do processo de desenvolvimento: a educação da especialidade em matérias filantrópicas começou tardiamente e desenvolve-se lentamente

Apesar de Macau ter uma longa história em termos de tradição e de práticas filantrópicas, não existia educação da especialidade em matérias filantrópicas em sentido próprio, uma vez que a maioria dos trabalhadores da gestão dos assuntos filantrópicos provinha de especialidades distintas. Os seus conhecimentos sobre gestão dos assuntos filantrópicos são transmitidos por meio do ensinamento e da aprendizagem no seio das associações filantrópicas para o exercício da gestão. Até mesmo a transmissão de conhecimentos relativos à gestão dos assuntos filantrópicos foi leccionada em cursos de outras especialidades (tais como

⁷ “A Aliança do Povo Unido de Macau dá apoio às associações dos condóminos na administração dos prédios”, in *Jornal “Ou Mun”*, de 4 de Janeiro de 2020, pp. B05.

especialidades em serviço social e em gestão pública) até 2012, ano em que arrancou a educação da especialidade em matérias filantrópicas em Macau, com a criação do curso de mestrado em gestão dos assuntos de interesse público e filantrópicos pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau. Nesta conformidade, a educação da área arrancou tardiamente e tem-se desenvolvido lentamente em comparação com outros territórios. Nos anos seguintes, não se verificou a criação de cursos da especialidade relacionados com a educação em matérias filantrópicas noutras instituições de ensino superior.

2. Procura e oferta da educação: procura forte e oferta fraca

Do ponto de vista do mercado da educação (isto é, da procura e da oferta de educação), é de afirmar que, como existem em Macau numerosas associações com um grande número de agentes cuja maioria não possui habilitações no âmbito da educação da especialidade em matérias filantrópicas, é forte a procura de educação da especialidade em matérias filantrópicas e escassa a sua oferta em termos comparativos, uma vez que apenas a Universidade Cidade de Macau pode disponibilizar o curso de mestrado em gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos e que não existem cursos de licenciatura na área da educação em matérias filantrópicas. É certo que, embora haja necessidades locais em educação da especialidade em matérias filantrópicas, o mercado local de educação é limitado. A sorte de Macau é que a oferta em educação da especialidade em matérias filantrópicas pelas instituições de ensino superior de Macau está aberta a um mercado mais alargado, incluindo o Interior da China, sendo a fonte de estudantes ainda suficiente. Além disso, em virtude de funcionar em regime diurno, o referido curso não é compatível com as necessidades educativas dos agentes locais do sector filantrópico que trabalham durante o dia. Assim, os frequentadores locais são pelo contrário poucos. Importa, pois, considerar como será possível disponibilizar cursos que sejam convenientes para estes agentes locais.

3. Organização do ensino: Co-assumida pelas instituições de ensino superior, pelo Governo e pelas associações

A educação em matérias filantrópicas em Macau distingue-se em educação curricular e em educação não curricular. A primeira é assumida pelas instituições de ensino superior e a formação não curricular é assumida pelo Governo e pelas associações. Assim, é formada uma conjuntura de assunção conjunta pelas instituições de ensino superior e pelos serviços públicos e associações, tendo cada um destas tarefas distintas. Presentemente, a educação curricular da especialidade em assuntos filantrópicos é essencialmente proporcionada pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, através do curso de mestrado em gestão de assuntos de interesse público e filantrópicos; as instituições de ensino superior que disponibilizam cadeiras relacionadas com os assuntos filantrópicos e de interesse público inseridas nas variantes do serviço social e da gestão pública são a Universidade Politécnica de Macau, a Universidade Cidade de Macau e a Universidade de São José; os *workshops* ou conferências organizados oportunamente pelos serviços públicos, como a Fundação Macau, o IAS e a DSEDJ sobre matérias relacionadas com o requerimento para apoio financeiro ou com a gestão dos recursos financeiros são acções formativas complementares da gestão prática dos assuntos filantrópicos. Os *workshops* ou conferências não periódicos organizados pelas diferentes associações filantrópicas e de interesse público, com vista a promover as competências de gestão dos seus trabalhadores de gestão, são igualmente acções de formação de conhecimentos práticos.

4. Conteúdo curricular: Muito prático e pouco teórico

O conteúdo curricular quer em educação da especialidade em matérias filantrópicas, quer em formação prática da área, apresenta uma praticidade bastante forte. A formação prática é, por natureza, da área da educação prática; até na educação da especialidade em matérias filantrópicas, têm maior peso no plano dos estudos as disciplinas com maior praticidade relativas à gestão da organização e à gestão dos projectos, tais como: a angariação de fundos, a gestão financeira, a

gestão dos recursos humanos, o desenvolvimento de projectos e a gestão de marca; as disciplinas teóricas têm um peso menor. O que mais se salienta no campo do conteúdo curricular é a falta de níveis hierarquizados, ou seja, está apenas disponível o curso de mestrado em assuntos filantrópicos com ausência dos níveis de licenciatura e de doutoramento na área da educação em matérias filantrópicas, facto que determina a falta de sistematização e de regularização do conteúdo curricular da educação em matérias filantrópicas.

5. Modos de educação: predominância da educação social, educação profissional e educação geral não generalizadas

Em Macau, acções filantrópicas como fazer donativos são relativamente generalizadas e passam a ser um modo de actuação frequente. Na realidade, não é exagero chamar-lhe “cidade filantrópica”. As acções filantrópicas quotidianas dos residentes não dependem da educação da especialidade em matérias filantrópicas, mas são comportamentos aprendidos nas práticas filantrópicas. As actividades em práticas filantrópicas que se realizam oportunamente como a “venda de bandeira” ou a angariação de donativos na rua por residentes de Macau na sua juventude e a venda de caridade nas instalações escolares são justamente comportamentos filantrópicos na vida quotidiana adoptados através da interiorização da educação em assuntos filantrópicos dada aos residentes de Macau por meio de práticas sociais filantrópicas.

A educação da especialidade em matérias filantrópicas (curso de mestrado em gestão de assuntos de interesse público e organizações sociais da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, por exemplo), por sua vez, não foi prezada pela comunidade em virtude do reduzido número de estudantes admitidos; entretanto, no que diz respeito à educação geral no ensino universitário, os conhecimentos respeitantes à filantropia dados em aulas são quase nulos. Mesmo no respeitante à educação da especialidade em matérias filantrópicas, estão ausentes os componentes de formação práticos e de reflexão, de partilha e de apreciação dos conhecimentos, devido ao modo de instrução que prevalece, que é a leccionação.

IV. Nota conclusiva

A educação em matérias filantrópicas em Macau é composta por educação curricular regular e educação social não regular, fazendo parte da primeira os cursos de gestão em assuntos filantrópicos, que conferem graus académicos organizados por instituições de ensino superior de Macau, enquanto a última compreende *workshops* e conferências relacionadas com assuntos filantrópicos organizados por serviços públicos ou por organizações filantrópicas, bem como a educação social revestida em práticas filantrópicas do quotidiano. Em termos do processo de desenvolvimento, a educação da especialidade em matérias filantrópicas começou tardia e lentamente; em termos de organização do ensino, a educação em matérias filantrópicas é co-assumida pelas instituições de ensino superior, pelos serviços públicos e pelas organizações filantrópicas; em termos de *conteúdo curricular*, é prezada a praticidade e fraca no aspecto teórico; em termos do modo de instrução, é predominante a educação social e são pouco generalizadas a educação profissional e a educação geral. Assim, verificam-se na educação sobre matérias filantrópicas em Macau problemas como a falta de um planeamento uniformizado e de uma concepção global, a falta de sistematização do seu conteúdo curricular com forte acessoriedade que determina a inexistência de hierarquização em termos de níveis académicos. No futuro, deverá proceder-se à optimização e ao aperfeiçoamento versados sobre as questões atrás levantadas.